



Domingo na Pública
Reportagem - O segredo da Lourinhã

FACEBOOK
Siga o PÚBLICO

Nova lorque
O que eles fizeram ao Guggenheim



JORNAL DO DIA | PDF | VÍDEOS | MULTIMÉDIA | INFOGRAFIAS | BLOGUES | DOSSIERS | | LOJA | ASSINATURAS | CONTACTOS | CLASSIFICADOS | LEILÕES | INICIATIVAS

 MUNDO POLÍTICA ECONOMIA DESPORTO SOCIEDADE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS ECOSFERA CULTURA LOCAL MEDIA TECNOLOGIA MAIS

Conto Público - Continue o conto de Gonçalo M. Tavares | 20 anos/20 histórias | Envie uma queixa ao **Cidades** | Consultório de Justiça | Mapa verde de Portugal |

Segunda-Feira 05/04/2010

[Voltar a publico.pt](#)



 Aumentar

[Olá carlos pimenta](#)

[Página pessoal / Sair](#)

CADERNO P1

[Destaque](#)
[Portugal](#)
[Mundo](#)
[Economia](#)
[Local Lisboa](#)
[Local Porto](#)
[Desporto](#)
[Espaço Público](#)

CADERNO P2

[Opinião](#)
[Temas](#)

SUPLEMENTOS

[Pública](#)
[Ípsilon](#)
[Fugas](#)

[Índice da Edição Impressa](#)



[Edições Anteriores](#)
[Edição em PDF](#)

ÚLTIMOS 7 DIAS

[Dia 04, domingo](#)
[Dia 03, sábado](#)
[Dia 02, sexta-feira](#)
[Dia 01, quinta-feira](#)
[Dia 31, quarta-feira](#)
[Dia 30, terça-feira](#)
[Dia 29, segunda-feira](#)

PESQUISA

[Caderno > Opinião](#)

Votar  | Resultados  0 Votos

Notícia 4 de 7 [« anterior](#) [seguinte »](#)



ADRIANO MIRANDA

Manifestamente errado

Por Jorge

Seria desejável que um debate sobre política energética fosse político, no sentido de política pública, e não partidário

[Partilhar](#) [Imprimir](#) [Comentar](#) [Enviar](#)

Raras são as ocasiões em que académicos, gestores e empresários se mobilizam colectiva e abertamente em torno de políticas públicas. Raras são também as ocasiões em que a política energética é objecto de debate público. Raríssimas são as ocasiões em que a mobilização de académicos, gestores e empresários toma como tema a política energética. A recente publicação do "Manifesto por uma nova política energética em Portugal" (<http://aeiou.expresso.pt/manifesto-por-uma-nova-politica-energetica-em-portugal=f574018>) constitui assim um evento excepcional, como excepcionais são as personalidades que o subscrevem. Dada a notória afinidade partidária que une a maioria dos subscretores e dado o tom partidário que imprimiram ao Manifesto ("Os efeitos da actual política energética, principalmente no sector da electricidade, são particularmente graves") é de esperar que surja em breve um Manifesto partidariamente alternativo.

Seria desejável que um debate sobre política energética fosse um verdadeiro debate político, no sentido de política pública, e não um debate partidário, no sentido de partido político ou no sentido de partido desta ou daquela forma de energia (o presente Manifesto assume-se como anti-eólico e anti-fotovoltaico). Para que isso aconteça, o debate deve ser factual e lógico, implacável no respeito da argumentação e intolerante em relação a lugares comuns, erros, omissões e curto-circuitos conceptuais. Infelizmente, o Manifesto agora publicado não prima pelo rigor o que faz temer um debate mais marcado por (má) politics do que preocupado com (boa) policy. Passo a explicar alguns dos erros do Manifesto, esperando modestamente poder assim contribuir para que o debate subsequente seja mais objectivo e mais produtivo (a numeração corresponde à dos parágrafos do Manifesto):

1. "é necessário que as nossas empresas disponham de energia a preços internacionalmente competitivos"

Seguramente, todos os Portugueses com boa saúde mental subscrevem esta afirmação. O que não é legítimo é insinuar, como acontece no primeiro parágrafo, por omissão, que:

a) Preços de energia internacionalmente competitivos para as empresas instaladas em Portugal devem ser o único objectivo da política energética.

Na verdade, há que encontrar um equilíbrio entre vários objectivos, não se podendo esquecer, por exemplo, a segurança de abastecimento no curto e no longo prazo ou os compromissos ambientais assumidos internacionalmente por Portugal.

b) As empresas instaladas em Portugal pagam os custos resultantes da subsidiação da electricidade produzida a partir de fontes renováveis de energia.

Na verdade, só os clientes de baixa tensão pagam esses custos pelo que a grande maioria das empresas não os suporta. Este facto só é referido no ponto 4 do Manifesto.

2. "A actual política energética tem vindo a ser dominada por decisões que se traduzem pela promoção sistemática de formas de energia "politicamente correctas", como a eólica e a fotovoltaica"

Se por "actual política energética" se entende a política energética do actual

 **Nova Edição Impressa em HTML**
Escreva a sua opinião para feedback@publico.pt

O seu Jornal do dia é lhe oferecido por:



EDIÇÃO IMPRESSA

+ LIDAS + COMENTADAS + ENVIADAS + VOTADAS

Local Lisboa Nesta Páscoa troca-se as férias em família por uma banda alemã com muita laca
Desporto O dia em que desapareceu a selecção austríaca e, com ela, o "Homem de Papel"
Destaque De repente, a qualidade de vida desapareceu daquela casa
Destaque Cumprir? "Nem pensar"
Opinião O último pecado sexual
Destaque Quatro anos de atraso nos objectivos de ajuda ao desenvolvimento
Destaque Diferença salarial subiu para 9,2 por cento
Portugal Empresa com licença de gestão ambiental despejou resíduos na serra da Freita
Destaque "A minha médica reformar-se? Não pode ser, é muito nova"
Opinião O amante de livros perante as bibliotecas a morrer

PUB:

NOTÍCIAS EM DESTAQUE NO PÚBLICO.PT

África Assassinio de TerreBlanche ameaça Mundial de futebol com terrorismo de direita
Partidos António José Seguro considera "obscenos" valores pagos ao presidente da EDP em 2009
Sociedade Operação Páscoa: regresso a casa mais complicado na A1, A2 e A3
Mundo Padre Cantalamessa pede desculpa por sermão de Sexta-Feira Santa
Gerais Empresa com licença de gestão ambiental deitou 10 toneladas de lixo em serras

Zon Tv + Phone por €24,90 Tv com 69 Canais
teleseguros Escolha as Coberturas que mais se
www.okteleseguros.pt **Ricoh Portugal Multifu**
[Consulte-nos www.ricoh.pt](http://www.ricoh.pt) **Tudo sobre Cancr**
[Infocancro. www.infocancro.com](http://www.infocancro.com)

governo importa salientar que a "Resolução do Conselho de Ministros que aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020" foi aprovada apenas a 18 de Março de 2010 (<http://www.pcm.gov.pt/GC18/Governo/ConselhoMinistros/ComunicadosCM/Pages/20100318.aspx>) pelo que, independentemente do juízo que sobre essa política se faça, ela não pode ser responsabilizada pelos males passados e presentes que o Manifesto menciona (o facto de a Estratégia ter sido publicamente apresentada dois dias antes de ter sido aprovada não é mais que um lamentável act of hubris a somar a tantos outros actos de desrespeito pelas instituições; daí não é possível retirar ilações sobre o conteúdo da política energética).

Na verdade, a "actual política energética" não é muito diferente das políticas energéticas de todos os governos anteriores deste século, independentemente da sua composição partidária. Vários subscritores do Manifesto integraram ou apoiaram activamente esses governos pelo que não deveriam permitir uma tão grosseira distorção da História.

3a. "A natureza intermitente e incontrolável das energias eólica e fotovoltaica torna-as incapazes de satisfazer, não só a totalidade do consumo, como a potência necessária em determinadas horas do dia e épocas do ano, o que exige que se continue a dispor de centros produtores controláveis de substituição e a recorrer com frequência a importações de Espanha"

Em primeiro lugar, as importações de electricidade de Espanha verificaram-se e verificam-se por razões económicas e não por falta de capacidade de produção em Portugal.

Em segundo lugar, deve recordar-se que também a hidroelectricidade em Portugal é intermitente. Em 2008, a produção hidroelétrica (da "grande hídrica") foi de 6441 GWh para uma potência instalada de 4578 MW; no mesmo ano, a produção eólica foi 5695 GWh para uma potência instalada, no final do ano, de 2662 MW (<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/InformacaoTecnica/DadosTecnicos/2009.pdf>). Apesar de a utilização da grande hídrica ter sido de apenas 1407 horas, correspondendo a uma utilização da capacidade instalada de 16%, ninguém contesta a sua utilidade.

3b. "a multiplicação de fontes primárias intermitentes (...) pode obrigar a dissipar, ou a exportar a preço nulo (!) a produção renovável em excesso"

Esta afirmação constitui um completo curto-circuito conceptual. As exportações de electricidade - em rigor, vendas no Mercado Ibérico - são valorizadas ao preço marginal do mercado e não ao preço da oferta. Portanto, se a exportação ocorre a "preço nulo" é porque o preço marginal do Mercado Ibérico, nessa hora, foi zero. Nessas circunstâncias, qualquer exportação terá "preço nulo", independentemente da tecnologia de produção.

É incompreensível que os subscritores do Manifesto, tão preocupados com a competitividade do preço da electricidade e tão manifestamente defensores do Mercado, não digam uma palavra sobre a ineficiência do Mercado Ibérico. Na verdade, o silêncio complacente de algumas associações industriais e de alguns meios académicos portugueses sobre o (não) funcionamento do Mercado Ibérico de energia tem sido uma constante ao longo do tempo.

4a. "A subsídio concedida aos produtores destas formas de energia é ainda excessiva e tem contribuído para agravar de forma injustificada os preços da energia eléctrica ao consumidor final, em particular das famílias, sobre os quais a legislação faz recair o sobrecusto da Produção em Regime Especial (PRE)"

Entre os subscritores do Manifesto encontram-se vários gestores e empresários que pressionaram - com sucesso - o anterior governo (XVII) a isentar as empresas do pagamento do referido sobrecusto, fazendo-o recair integralmente sobre as famílias. Quem assim actuou, na prossecução do seu - legítimo - interesse particular, não tem legitimidade para agora se arvorar em paladino do interesse público.

4b. "face à garantia dada pelo Estado através do DL 165/2008, o défice tarifário constitui já uma forma de dívida pública oculta"

Embora a afirmação seja formalmente correcta, não o é na substância. O défice tarifário é pago pelos consumidores e não pelos contribuintes, pelo que não entra no cálculo da dívida pública. Num momento em que as finanças públicas do nosso país estão num estado crítico e os mercados financeiros da zona euro em estado de choque, esta afirmação é, no mínimo, infeliz.

Creio que em matéria de défice tarifário no sector eléctrico a posição que assumi em Dezembro de 2006 é conhecida e não deixou margem para dúvidas pelo que não serei certamente suspeito de simpatias pró défice. Entendo contudo que o interesse público nesta matéria não tolera nem forçaturas nem Schadenfreude.

5. "a bombagem hidroelétrica é um processo que enferma de perdas inevitáveis de energia, pelo que acabará por redundar no desperdício da energia eólica e fotovoltaica utilizada na bombagem"

Como os subscritores do Manifesto bem sabem, a bombagem não é uma

tentativa ingénua de inventar o moto perpetuo mas sim, em certas circunstâncias, uma forma económica de gerir recursos energéticos. Uma crítica séria deveria concentrar-se na análise económica dos empreendimentos e não no apelo às leis da termodinâmica.

7. "[as fontes renováveis] darão origem a um enorme aumento dos preços da electricidade para as famílias e as empresas"

Sem saber como são calculados os aumentos, isto é, com base em quais cenários, nomeadamente do preço do petróleo, o leitor não tem possibilidade de avaliar a presunta "enormidade". Afirmações vagas deste tipo, não quantitativas, não podem constituir uma base séria de discussão.

8. "Para ilustrar a incapacidade da actual política para reduzir a nossa dependência energética, bastará referir que em 2008, último ano de que existem dados publicados pela DGEG, o saldo líquido da factura energética portuguesa atingiu o valor de 8219 milhões de Euros, ao passo que em 1998 não ultrapassava 1464 milhões de Euros"

Novamente, reina a imprecisão dos conceitos. Se quisermos medir a dependência energética devemos utilizar unidades físicas de energia e não unidades monetárias. Consultando a "Factura energética 2008" da DGEG (<http://www.dgge.pt/>) referida no Manifesto, verifica-se facilmente, no segundo gráfico da página 3, que o volume físico do saldo importador de produtos energéticos foi inferior, em 2008, a todos os valores registados desde 2000, tendo-se observado, desde então, uma clara, embora moderada, tendência decrescente.

A factura energética, expressa em euros ou em percentagem do PIB, reflecte numerosos factores além do consumo e da produção de energia, tais como preço dos combustíveis e taxas de câmbio que nada têm a ver com o balanço físico de energia do país e, portanto, com o seu grau de (in)dependência energética.

O Manifesto termina com uma exigência:

"os signatários consideram fundamental exigir uma avaliação técnica e económica, independente e credível, da política energética nacional, de forma a ter em conta todas as alternativas energéticas actualmente disponíveis"

Certamente que a avaliação do impacte das várias medidas de política energética é uma necessidade. Aliás, custa a acreditar que se aprove e publique uma "Estratégia Nacional para a Energia 2020" sem ter procedido a tal análise. Mas também custa a acreditar que os subscritores do Manifesto façam nele afirmações peremptórias sem ter feito, eles próprios, essa análise. Seria útil e sério que ambas as partes - subscritores do Manifesto e Governo - publicassem os estudos em que se basearam. Sem submeter esses estudos à "avaliação técnica e económica, independente" o debate não passará de uma estéril escaramuça entre partidos ou entre lobbies interessados apenas em vencer - e não em nos convencer.

Ex-presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e presidente da News Energy Solutions (NES)

[Corrigir](#) [Provedor do Leitor](#) [Feedback](#) [Estatísticas](#) [Partilhar esta notícia](#)

Blogue sobre este artigo



Se comentar este artigo no seu blogue, o link aparecerá aqui.

[Efectue o ping do seu bloque no Twinlly para nós o encontrarmos.](#)

COMENTÁRIOS 0 a 0 de 0

ESCREVA O SEU COMENTÁRIO

Crítérios para publicação de comentários dos leitores

O seu título Restam 1200 caracteres

O seu texto

O seu nome O seu email

A sua localidade/país Enviar

Os comentários deste site são publicados sem edição prévia, pelo que pedimos que respeite os nossos [Crítérios de Publicação](#). O seu IP não será divulgado, mas ficará registado na nossa base de dados.

Quaisquer comentários inadequados deverão ser reportados utilizando o botão "[Denunciar este comentário](#)" próximo da cada um. Por favor, não submeta o seu comentário mais de uma vez.

